

40° Encontro Anual da Anpocs

SPG32 Teorias e práticas patrimoniais: o papel do cientista social

Comunidade tradicional, práticas coletivas e reconhecimento: narrativas contemporâneas do patrimônio cultural

Adimilson Renato da Silva

CAXAMBU-MG
2016

Comunidade tradicional, práticas coletivas e reconhecimento: narrativas contemporâneas do patrimônio cultural¹.

O estudo em questão se constituiu por momentos de análise dos materiais produzidos sobre e com as artesãs de Goiabeiras Velha, seguida de inserções neste contexto realizadas através de pesquisas etnográficas. Neste sentido, o interesse é tentar perceber níveis de interação de diferentes atores posicionados na elaboração e promoção de bens culturais sejam eles especialistas ou artesãos. Assim, nominado como domínio de elaboração de políticas e ações culturais na especificidade de patrimônio imaterial brasileiro, o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras Velha, constituído pelos saberes e práticas de mulheres negras produtoras de panelas de barro, apresenta-se recursivo para descrevermos e analisarmos alguns desdobramentos resultantes dessa conjunção entre: atores, comunidades, produção de bens culturais, políticas e ações de caráter cultural, etc. A comunidade de Goiabeiras Velha, município de Vitória (ES), tornou-se lugar de visibilidade àquelas mulheres que viram a ocupação secundária realizada em tempos livres - produzir panelas de barro – ser alçada ao estágio de representação da cultura capixaba e reconhecida pelos órgãos nacionais competentes.

Palavras-chave: Práticas coletivas; Patrimônio cultural; Ofício de Paneleiras de Goiabeiras Velha.

Introdução

As políticas culturais de patrimônio receberam, nas últimas duas décadas, atenção especial por parte de diferentes setores da sociedade brasileira. Do âmbito do embate travado na esfera político-institucional, a atuação de representantes políticos localizados nos níveis municipal, estadual e nacional, passara a ser interpelada pela evidência de demandas assentadas na exigência de se fomentar e dinamizar a cultura, agora, atual lócus de investimentos públicos e privados.

Autores como Rubim (2012), Santos (2012), Calabre (2010), indicam que estamos passando por um novo momento nas políticas culturais brasileiras. O princípio de preservar expressões culturais alinhadas à ideia de identidade nacional solidificada até final do século XX, no país, próximo ao mito das três raças, passa por revisão. Mas isso só ocorreu porque coletividades antes vistas como depositárias do sentimento de segregação e apartamento da sociedade, ou seja, principalmente aquelas populações situadas em contextos de pobreza e privação de recursos (ribeirinhos, populações

¹ Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes) pela concessão da bolsa de doutorado e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-UNISINOS por se tornar espaço importante para as discussões apresentadas em parte nesta exposição. Integrante do Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil/LapCAB-UNISINOS. Acesse em: <https://www.facebook.com/Lapcab/?fref=ts>.

quilombolas, artesãs, pescadores artesanais, etc.) ao reivindicarem legitimidade e reconhecimento às suas práticas, por um lado passaram a ter visibilidade pública, por outro, tiveram inserção na agenda de políticas públicas, principalmente nas últimas duas décadas. Por esta via, atores sociais engajados na inserção de seus quadros pela estrutura social predominante do período de acelerada industrialização e urbanização das cidades, evidente na projeção do assalariado como vetor de modernização e crescimento social e individual, promoveram, assim, iniciativas e ações que enfatizassem às próprias lógicas existentes no mundo da vida do qual fazem parte.

Neste percurso, por sua vez, as Paneleiras de Goiabeiras desenvolvem a atividade de produção de panelas artesanais, somente na APG² (Associação de Paneleiras de Goiabeiras) desde 1987³. A comunidade de Goiabeiras Velha, município de Vitória (ES), tornou-se lugar de visibilidade àquelas mulheres que viram a ocupação secundária realizada em tempos livres - produzir panelas de barro – ser alçada ao estágio de representação da cultura capixaba e reconhecida pelos órgãos nacionais competentes. Sendo assim, confeccionar panelas de barro também era conferir a arena de disputas no sentido de se manter nesta tradição, e por extensão, elaborar identidade e utilizá-la nas negociações que permitissem o acesso aos recursos materiais e simbólicos imprescindíveis à continuidade do grupo. Sob as prerrogativas do dito popular *“Fazer peixe e marisco pode ser em qualquer panela, mas a moqueca capixaba somente nas panelas de barro produzida em Goiabeiras Velha”*, estas mulheres promovem a produção artesanal e a comercialização das panelas de barro. Impactadas por construções identitárias de etnia, cor, classe e gênero, elas recriam relações familiares, de parentesco e vizinhança.

O galpão com cerca de 432m² abriga a produção das panelas e demais peças e é organizado, sobretudo, para comportar os processos que envolvem a modelagem, secagem e polimento das peças. Assim, esta sede da APG tornou-se um *lugar*⁴

² Agradecemos à APG e associadas(os) por terem disponibilizado atenção e tempo, acolhida, quando visitamos a sede da associação e o bairro de Goiabeiras Velha (Vitória-ES).

³ Além deste período, a história desse ofício é mais longa, data a sua origem aproximadamente em 400 anos, sendo herança cultural das tradições Tupi-Guarani e Una, populações indígenas habitantes da costa marítima do estado do Espírito Santo (DIAS, 2006).

⁴ Em termos gerais, o entendimento de lugar remete a ideia de uma arrumação que produz o singular (YÁZIGI, 2001). Para este autor, o arranjo das dimensões territoriais, temporais e perceptivas declara a ‘alma’ do lugar enquanto “materialidades, práticas e representações com uma aura [...]” (idem, p. 24). Por esta linha de interpretação “quando um cidadão vive seu lugar ou quando um viajante se detém para considerar aquilo que gostaria de ‘levar consigo’, aí se capta uma essência” (idem, p. 41).

construído, apropriado e ressignificado de trajetórias, pessoais e coletivas, práticas e experiências cotidianas dos membros que o integram em interação social. Assim, nominado como domínio de elaboração de políticas e ações culturais na especificidade de patrimônio imaterial brasileiro, o *Ofício de Paneleiras de Goiabeiras* constituído pelos saberes e práticas de mulheres negras produtoras de panelas de barro, apresenta-se recursivo para descrevermos e analisarmos alguns desdobramentos resultantes dessa conjunção entre: atores, comunidades, bioma, produção de bens culturais, políticas e ações de caráter cultural, etc. Enfim, dada a implicação de diferentes linhas de força e modalidades de atuação de agentes e instituições, do bioma e das práticas coletivas, emaranhando-se, a complementaridade descritiva e analítica desse bem cultural pode ser apropriada ao não separarmos as dimensões do mundo da vida e seus modos de habitar este ambiente particular. Pois o patrimônio cultural não é somente interessante para pensar, mas, sobretudo, para agir Gonçalves (2005).

As panelas e outras peças de barro são produzidas por mulheres, neste galpão comunitário, mas empregando homens em atividades como a extração de argila do barreiro⁵ e na limpeza de impurezas do material a ser utilizado. O trabalho é estritamente manual e, nele, os corpos engajam-se plenamente na modelagem das panelas. Após as peças serem fabricadas no processo de modelagem, da secagem onde se controla a umidade da argila, e do polimento com seixo de rio para impermeabilizar os poros do material, segue a queima das panelas a céu aberto em fogueira de lenha improvisada, fora das dependências do galpão. Por último, as peças são levadas para bater tanino, material extraído da casca de manguezal existente ao lado da associação. Processo que garante a durabilidade das peças e o seu aspecto de cor preta. O tanino é batido nas panelas saídas do ambiente de queima, em temperatura perto dos 600°C.

A sede da Associação localiza-se na região norte da cidade de Vitória (ES). Está situada às margens da BR 101, na localidade de Goiabeiras Velha⁶, bairro de Goiabeiras. O Galpão das Paneleiras, assim popularmente denominado e reconhecido como referência geográfica de orientação da população local nesta região da cidade, encontra-se imediatamente ao lado de um manguezal que também faz divisa com a UFES (Universidade

⁵ Jazida denominada como barreiro, localizada no Vale do Mulembá, Vitória, de onde se extrai o barro de forma artesanal. Esta atividade é estritamente vinculada aos homens.

⁶ Goiabeiras Velha é formada por quatro ruas bem demarcadas, se constituindo como núcleo populacional responsável por iniciar a ocupação desta região da cidade. As ruas, os becos, as vielas recebem o nome de moradores antigos da localidade, demarcando, assim, a identidade territorial das paneleiras de origem, de seus familiares e a ancestralidade da tradição de produzir panelas de barro.

Federal do Espírito Santo), e a meio caminho do Aeroporto de Vitória. Neste espaço, cuja reordenação pode ser destacada em três fases bem delimitadas⁷, encontramos as mulheres e homens produtores de painéis de barro com maior assiduidade neste ambiente, justamente porque nem todas(os) o utilizam para a produção, pois permanecem em suas casas e ao término da feitura das peças as levam para serem queimadas nas proximidades do galpão.

A APG teve sua fundação nos auspícios das lutas por redistribuição e reconhecimento desenvolvidas no período de redemocratização do país. Resultante do primeiro período de luta e resistência documentado e narrado pelos agentes implicados neste contexto, reivindicara a superação da produção de painéis de barro atribuída somente as horas livres para se tornar atividade com caráter profissional (DIAS, 2006). A luta pelo acesso ao barro, matéria-prima primordial para o desenvolvimento do ofício, na localidade da jazida de extração no Vale do Mulembá, o barreiro, também é vista como acontecimento importante para entendermos o percurso de maior duração da trajetória e práticas coletivas vistas neste processo de constituição identitária das paineleiras⁸.

Para este estudo formulamos a seguinte questão: Quais os lugares estratégicos da gestão do Ofício das Paineleiras de Goiabeiras Velha e as interações ao longo da relação cultura-natureza para tornar inteligível uma narrativa particular do saber-fazer, das paineleiras e seus parceiros, implicada e articulada a partir de um circuito da painela de barro preta?

Na atualidade, pode-se observar que o manguezal que circunda o bairro de Goiabeiras, serve de ponto de extração de casca de mangue-vermelho para a produção das painelas, e paralelamente, pela proximidade com o Aeroporto de Vitória e a Universidade Federal do Espírito Santo, surgem outros atores que operam agenciamentos, visando atender projetos de preservação ambiental. Caso que problematiza também a extração da matéria-prima utilizada no fabrico das painelas

⁷ A primeira é conhecida como a ocupação de um terreno da Marinha, onde foram construídas “casinhas” utilizadas como ambiente para guardar utensílios e as painelas produzidas. Neste mesmo local, entre as décadas de 80 e 90 foi construído o Galpão das Paineleiras pela Prefeitura Municipal de Vitória. Durante os anos de 2011 e 2013, este espaço foi reformulado por uma arquitetura moderna e constitui o atual espaço de produção das painelas de barro.

⁸ Deste modo, a constituição da Associação, a aquisição e melhoria do galpão das artesãs, a outorga do ofício de paineleiras no Livro dos “Saberes”, como patrimônio da cultura capixaba, envolveram uma trajetória de lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003) que constituiu a identidade das Paineleiras. Esse processo foi responsável em alavancá-las, na atualidade, como indiscutível referencial da cultura tradicional capixaba.

ocorrida no Barreiro, jazida que está localizada no Vale do Mulembá, no bairro Joana D'Arc, na mesma cidade (LOPES, TOTARO, 2014).

Esse pequeno núcleo urbano estabeleceu o marco da região conhecida por Grande Goiabeiras. Localizada na região norte da cidade de Vitória, tinha seu acesso basicamente através de pequenas embarcações típicas do transporte náutico de comunidades ribeirinhas. Distante do centro histórico da cidade, os catadores de crustáceos e pescadores eram os que habitavam essa localidade. Menos urbanizada, com baixa densidade demográfica, até meados da década de 50 do século passado, as casas rústicas pipocavam em meio ao regime de marés da grande área de manguezal e da vegetação predominante neste bioma. Quadro transformado com o crescente inchaço populacional típico das cidades metropolitanas no Brasil. Em 2016, Goiabeiras Velha congrega as diferentes gerações provenientes dos antigos moradores, na maioria, os mesmos que constituíram a APG no ano de 1987. Além das casas de paneleiras, da rede comercial diversificada – mercado, lojas de roupas, ferragens, etc., também detêm uma faculdade privada, a UNIVIX. A dinâmica local é balizada, assim, pela pluralidade de atividades culturais, sociais, políticas e econômicas.

O bairro de Goiabeiras Velha conta, nesse sentido, com mais três Associação, respectivamente: de Moradores (fundada em 1990); de cultura e lazer Banda de congo panela de barro (fundada em 2002); dos Marisqueiros e Pescadores (fundada em 2003). Membros associados à APG, além de fazerem panela de barro também se integram nestes demais âmbitos de participação cidadã da localidade. Há uma lógica intrínseca aos modos e períodos de resistência sociocultural destes agentes, no tocante a transitarem entre inserções na coleta de mariscos e caranguejos, na pesca artesanal, no modelar peças de barro, seguido da participação no tradicional mercado de trabalho formal e informal. Aspecto observado na atuação frente à Banda de Congo Panela de Barro. Pescadores, benzedeiros, paneleiras, artesãos fazem do ato da dança e do canto expressões deste suposto “caldeirão de cultura” que é o bairro Goiabeiras Velha⁹. Esse apontamento torna-

⁹ Os elementos descritivos manifestos em verso e prosa pelo romancista José Lins do Rêgo quando aponta o grau de precariedade deste modo de vida sustentado na agravante deterioração do ambiente formado pelas áreas do Mangue, revela uma faceta muito próxima daquela narrada pela paneleira de goiabeiras Dona Elizete Salles, com 75 anos em 2008: “O mangue preto a gente tirava junto com o vermelho para tingir o couro... Aqui tinha o curtume. A casca era para fazer o tanino junto com o mangue preto. O couro depois de curtido era para fazer sapato, cinto, essas coisas... O mangue vermelho também serve pra açoitar panela...” (SIMÃO, 2008, p. 148). O curtume para produção de couro é recorrente nestes dois contextos. Já na década de 90, André Alves Nunes (1998) revela que estes catadores de crustáceos conseguiam a façanha de US\$ 5.000 dólares anuais por metro quadrado de mangue, quando exerciam a cata do caranguejo. Por

se pertinente para se compreender que, por mais que a depreciação do bioma local pelos amplos aterros tenha impactado os modos de vida desta comunidade, as estratégias de sobrevivência permeadas pela aproximação de famílias impactadas por condições degradantes tornaram-se ponto de ancoragem para iniciativas individuais e coletivas.

Nesse contexto de grande efervescência de expressões culturais, a Festa das Paneleiras, a Festa dos Marisqueiros, a Festa de São Benedito são palcos de interlocução com a sociedade envolvente. Situações essas onde memórias coletivas e processos identitários se tecem mutuamente. Sugere-se que nestes entrelaçamentos da vida envolvida pelo trabalho, pela família e vizinhança, dentre outros, plasma-se a demanda de apropriações socioculturais de imaginários carregados da intrincada relação cultura-natureza. Constituem-se então por processos identitários que passam a posicionar estes agentes no curso de reivindicações a recursos materiais e simbólicos, operantes transversalmente na constituição desta coletividade em relações com demais formações culturais.

Assim, supõe que a articulação de diferentes lugares estratégicos de gestão do Ofício de Paneleiras Velha, na cidade de Vitória-ES, relacionam âmbitos da cultura e da natureza sob a forma de uma *narrativa do saber-fazer* particular que a corrobora e avalia constantemente, atribuindo inteligibilidade a atividade das paneleiras e seus parceiros. Também tentaremos apontar alguns elementos para se perceber que a diversidade cultural marcada na intercambialidade de pontos de vistas manifesta no circuito de panelas de barro preta torna-se premissa para a garantia de preservação da biodiversidade (LOPES, TOTARO, 2014) em territórios/lugares marcados pela disputa de recursos culturais e naturais escassos. Assim, a experiência de práticas e trajetória das Paneleiras de Goiabeiras pode se constituir como um exemplo de apreender a “[...] via ecológica do encontro do sujeito humano com a natureza [...]” (STEIL, CARVALHO, 2012).

Políticas culturais de patrimonialização

isso, observar as modulações espaço-temporais de apropriações, iniciativa e projetos, torna-se relevante para estender à análise da relação cultura e natureza em seus distintos níveis e dimensões. Atualmente, lixo e cheiro forte de esgoto borrrão à percepção de qualquer um que passe, pare e olhe pelas áreas de mangue na cidade de Vitória. O mar parece ser generoso o suficiente, porque quando adensa as marés, repõe as espécies de peixes e crustáceos. Indagativo, ao passo que quando esvazia essas águas, deixa o lastro de lixo evidente.

As políticas de patrimonialização cultural se configuram como um substrato das políticas culturais implantadas nos projetos das sociedades ocidentais modernas. Esses projetos se singularizaram nas narrativas e estratégias pelas quais cada Estado Nação fundou sua origem e idealizou seu desenvolvimento, de forma a incrementar lógicas de pertencimento e identidade para seus cidadãos.

A trajetória dessas singularizações, embora particulares a cada Estado, se funda em um modelo extensivamente reproduzido, de unificação das diferenças culturais em torno de um projeto de definição de território, símbolos, soberania e povo comuns a cada qual. Esse modelo, inaugurado no século XVIII e prevalecente até meados do século XX, se caracterizava por ser incrementalista, normativo e socializador, logo, um modelo civilizacional, que construía a unidade sobre as diferenças, e em detrimento destas. Nessa concepção, as políticas culturais e de patrimonialização cultural constituíam processos e dispositivos que se reproduziam pela coerção socialmente instituída em ações civilizatórias, idealizadas de forma a moldar os valores e o caráter de nacionalidade de um povo, sendo mediadas pelo ideal iluminista e universal de formação, que associa a cultura e a educação, em processos e dispositivos socializadores, como a escola e as comemorações cívicas, por exemplo.

A atualização dos valores atribuídos aos patrimônios culturais, nesses processos e dispositivos, formalizava-se pela ritualização dos atributos que os remetiam a uma origem comum, de forma a orientar a memória coletiva para um sentido contínuo e universal de identidade nacional¹⁰, ou tradições nacionais. E nessa ritualização, por fim, são produzidas e reproduzidas fronteiras simbólicas e materiais que delimitam o caráter e os critérios de inclusão e exclusão dos bens culturais de uma determinada sociedade. Como tais fronteiras tendiam historicamente a reforçar a idealização de unidade nacional e eram reguladas pelo Estado, por suas agências e representantes, as demandas de patrimonialização de bens culturais, agenciadas por atores individuais e coletivos, somente eram consideradas quando legitimadas por aquela idealização e pelos dispositivos que as reproduziam, condição que Herzfeld (2008) denominou de poética do Estado.

¹⁰ Esse processo produz uma redução semântica dos universais da experiência humana aos particularismos dos Estados-Nação ocidentais e à concepção de propriedade privada, conforme já interpretou Almeida (1993), em sua análise das transformações operadas pela territorialidade burguesa.

Após a segunda guerra mundial, a difusão extensiva do corporativismo fordista e seu modelo de planificação social, substituídos na década de 1970 pelos modos de regulação flexíveis inaugurados pelo toyotismo, geraram transformações nos meios de transporte e comunicação e possibilitaram uma “compressão do espaço-tempo” (HARVEY, 1993), que acelerou as experiências de mobilidade humanas e os dispositivos institucionais de identificação e pertencimento dos indivíduos com os seus lugares de origem, produzindo “estruturas de sentimento” abertas a novas percepções da realidade. Nesse quadro de transformações societárias, os processos denominados de internacionalização da economia, globalização, ou mundialização da cultura¹¹ (ORTIZ, 2013, 2006), geraram rearranjos populacionais diversificados e fizeram emergir a percepção do multiculturalismo (HALL, 2003), ou dos hibridismos culturais (TORO, 2013; WADE, 2005).

Atualmente, as estruturas de sentimento abertas a novas percepções, associadas ao multiculturalismo e aos hibridismos culturais, implicaram a emergência de um horizonte de possibilidades dadas às agências de indivíduos e grupos, coletividades e categorias de atores, para a redefinição dos modelos de regulação da cultura e de expressividade dos patrimônios, a partir de suas demandas projetadas na agenda pública. No caso brasileiro, o campo das políticas culturais tem se diversificado muito nas duas últimas décadas, com destaque para os processos diversos de patrimonialização cultural e, também, de pré-patrimonialização, como caracterizados por Trajano (2012)¹². Tal diversificação se constitui desde um marco de elaborações que tem relação com o campo de forças mais abrangente, descrito anteriormente, e também ultrapassa a intencionalidade de projetos

¹¹ Segundo Ortiz (2006) a mundialização é um processo referido às instâncias de reprodução da cultura, também denominado de modernidade mundo. Na modernidade mundo, as tradições ressignificam seus próprios valores, sendo que o movimento que as definia agora lhes escapa.

¹² Trajano analisa a redução semântica que se processou sobre as tradições populares das Tabancas de Cabo Verde e as Manjuandadis de Guiné Bissau, ao serem objetificadas em suas trajetórias de pré-patrimonialização: “Nos dois casos, assiste-se, no decorrer do processo, a uma transformação da percepção geral que os agentes sociais têm dessas instituições de sociabilidade, no sentido de compreendê-las como puras manifestações culturais frequentemente associadas ao universo da cultura de massa e ao mundo do espetáculo” (TRAJANO, 2012, p. 11). Desde a análise dos processos de patrimonialização, geralmente centralizados pelo Estado (na forma de “processos oficiais de reconhecimento dos bens culturais como representativos da cultura ou história locais ou nacionais” (idem, p. 14), o autor evidencia a participação e influência de agentes institucionais, no processo denominado de “pré-patrimonialização”. Justifica sua opção afirmando que, mesmo onde ocorre uma participação ativa de comunidades ou indivíduos na definição que um artefato cultural assume “como um elemento de valor especial para a cultura de um país ou região [...], o processo formal de candidatura parece requerer alguma institucionalização, que implica mediadores culturais diversos, pertencentes ou não ao grupo em que o artefato cultural existe” (idem, p. 12).

estatais ao incorporar as medidas e ações complementares de usuários dessas políticas, e a disputa por diferentes instâncias de legitimação da cultura, como propósitos, agendas, territorialidades, concepções e formas de atuação dos mesmos (RUBIM, 2012; SILVEIRA e CANCELA, 2009; YÚDICE, 2006; CARMAN, 2006).

As políticas e as ações culturais passam a ser elaboradas para atender reivindicações historicamente reprimidas de segmentos de atores antes considerados minorias (LOPES, 2013), ou segregados às margens da sociedade (SANTOS, 2012). Assim, tornou-se imperativo reconhecer como esses segmentos elaboram suas iniciativas, projetando demandas à agenda pública de tais políticas, assim como tais políticas passaram a assumir um caráter de políticas públicas inclusivas.

A indicação de que as políticas culturais adensam inovadores contornos, tanto semânticos quanto de vieses práticos (SANTOS, 2012; ROCHA, 2009), torna-as adequadas à leitura mais aproximada da realidade cultural plural do território nacional. Ainda porque, o que se evidencia nesse quadro é a recomposição administrativa da esfera da cultura. Os grupos anteriormente esquecidos pela agenda de interesses e propósitos do governo brasileiro, desde os anos 2000 passaram a ter maior protagonismo e visibilidade na discussão e constituição de uma nova identidade nacional:

Se, no início, a noção de patrimônio nacional estava intimamente ligada à necessidade de referências para a construção de uma identidade comum a um povo que compartilha o mesmo território, ao longo dessa trajetória veem-se duas novas concepções afirmarem-se. Primeiramente, a noção de que no contexto nacional existem culturas diversas e plurais, ou seja, a ideia de que a nação brasileira comporta infinidade de culturas, e a noção de que a cultura congrega bens materiais e imateriais (SANTOS, 2012, p. 82).

Contudo, na trajetória das políticas culturais brasileiras podem ser citadas medidas imprescindíveis para a configuração do escopo geral das políticas de patrimônio, no âmbito das questões de institucionalização de dispositivos de salvaguarda (tombamento, registro, etc.), assim como da responsabilidade dos órgãos públicos em orientar a discussão e realizar a regulação da política cultural, de maneira geral, e a preservação do patrimônio, de maneira específica. Dois marcos gerais dessa trajetória¹³

¹³ Aqui, propõe-se destacar aspectos da trajetória das políticas culturais, no Brasil, e não, elaborar a linha histórica das mesmas. Para uma elaboração dessa linha histórica, ver Calabre (2009, 2003).

podem ser reconhecidos na redefinição do papel do SPHAN¹⁴, no período da ditadura militar, dando lugar ao IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)¹⁵, e no governo FHC, o Decreto nº 3551¹⁶, de agosto de 2000, que estabelece o registro de bens culturais de natureza imaterial, ao promulgar o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Os modelos de gestão do patrimônio no país marcaram com tonalidades diversas o rol de interesses e o feixe de forças implicados nas expressões políticas da nação, “[...] do patrimônio de “pedra e cal” de origem colonial, desencadeado pelo SPHAN na década de 1930, às referências à identidade, à memória dos diversos grupos formadores da identidade nacional, proposta pela Constituição de 1988 [...]” (SANTOS, 2012, p. 85). Nessa trajetória, ocorre um deslocamento de orientação das políticas públicas de cultura, de maneira geral, e das políticas de patrimonialização cultural, de maneira específica: elas deixam de ser normativas e ter um quadro de propósitos e dispositivos institucionais gravitando em torno dos interesses do Estado, passando gradualmente a serem definidas por propósitos orientados pelos seus implementadores, em diversas instâncias locais, comunitárias ou identitárias. Tal mudança tem implicado na promulgação de medidas e criação de órgãos para regular e pôr em prática os dispositivos institucionais que assegurem tais propósitos¹⁷.

¹⁴ “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) órgão criado em pleno Estado Novo pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, para levar a cabo uma política de patrimônio que visava à constituição da memória nacional por meio da preservação e da conservação do patrimônio material – instituiu a prática do tombamento como instrumento central da política de preservação” (SANTOS, 2012, p. 73). Nesse período, logo na institucionalização das políticas culturais de patrimônio, é preconizado o foco na produção da identidade e da memória nacional. Aliás, o escopo iniciado é direcionar uma imagem particularmente seletiva, opondo-se assim à diversidade característica presente nos limites do território brasileiro.

¹⁵ Agradecemos à Superintendência do Iphan-ES pela atenção e entrevista concedida, na pessoa das pesquisadoras responsáveis pelo acompanhamento do processo de revalidação do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras Velha.

¹⁶ “Seu Artigo 1º, ao instituir o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, semelhante aos livros de tomo, estabeleceu a criação de quatro livros de registro: Livro de Registro dos Saberes, para os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro de Celebrações, para os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e outras práticas da vida social; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e Livro de Registro dos Lugares, para mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (SANTOS, 2012, p. 82).

¹⁷ Aquém dessa inovação, na trajetória passada das políticas culturais, a militância de alguns atores sociais já se evidenciou como importante marco para essas definições. Exemplo típico é a atuação de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo, entre os anos de 1935 a 1938. Importante figura do cenário cultural do país, além da sua influente produção literária, Mário de Andrade desenvolvia atividades de folclorista e musicólogo, e atuou no sentido de implicar o Estado como agente de intervenção na esfera da cultura de maneira ampla. Investiu grande esforço pessoal para ampliar o acesso

Nesse percurso, a noção de patrimônio cultural adquire significados distintos na variação dos contextos em que se enraíza, através dos tempos (GONÇALVES, 2005). Até a década de 1980, prevalecia uma concepção de patrimônio associada à ideia de propriedade, que advém do entendimento que a faculdade de preservar bens é fundamentada em uma linha de herança, obscurecendo a apreensão de um campo de significados mais amplos do termo. Essa concepção prevalecente nos processos de instituir e preservar os bens culturais, geralmente, explicitava e legitimava o caráter utilitário dos mesmos, acabando por conformá-los a meros objetos. Somente quando ocorre uma virada na percepção social dos bens culturais, pós Constituição de 1988, os mesmos passam a ser reconhecidos em apropriações etnográficas da dinâmica relacional que estabelecem com seus contextos de produção e valorização, implicando mediações diversificadas. Como observa Gonçalves (2005), a complementariedade descritiva e analítica desses bens culturais pode ser obtida ao percebemos que:

Se por um lado são classificados como partes inseparáveis de totalidades cósmicas e sociais, por outro lado, afirmam-se como extensões morais e simbólicas de seus proprietários, são extensões destes, sejam indivíduos ou coletividades, estabelecendo mediações cruciais entre eles e o universo cósmico, natural e social (idem, p. 18).

Frente a esse quadro de mediações diversas, os bens culturais são reconhecidos como patrimônios quando, frente a um conjunto plural de artefatos e manifestações culturais em evidência, assumem uma relevância definida pela reciprocidade de perspectivas dos atores em jogo. Nesse sentido, a modernidade contribuiu significativamente para o delineamento dos contornos semânticos da categoria patrimônio, ao evidenciar as implicações dos processos de reflexividade que operam para essa reciprocidade de perspectivas (GIDDENS, 1997).

Sobretudo, o imperativo da reflexividade que se estende a todas esferas de ação social acabou por esboroar os significados permanentes de práticas e simbologias associadas a experiências coletivas duradouras, ou tradicionais. Nesta linha de argumentação, apesar das limitações textuais aqui postas, a feição moderna atribuída ao

aos bens culturais e divulgou expressões das culturas populares, inovando no reconhecimento dos aspectos imateriais da cultura, ao propor a composição de um acervo cultural direcionado a olhar para as tradições existentes na região norte e nordeste do país. Segundo Rubim (2012), a trajetória da política cultural brasileira pode ser descrita como antes e depois do engajamento de Mário de Andrade na organização de uma agenda interventiva sobre a situação precária que o país enfrentava, ganhando destaque o cuidado de preservação e fomento à cultura.

termo habilitaria o entendimento sociológico atual da categoria patrimônio, evidenciado pelos termos “construção”, “fabricação”, “invenção” e “negociação”, entre outros. O uso desses termos, quando relacionados aos conceitos de memória e identidade, evidencia que “Cada nação, grupo, família, enfim, cada instituição construiria no presente o seu patrimônio [...]” (GONÇALVES, 2005, p. 19).

Porém, a relevância definida pela reciprocidade de perspectivas dos atores, nos processos de patrimonialização de um bem cultural, não assegura que escolha realizada prevaleça, como projeto. Por mais potentes que sejam as agências de Estado e os dispositivos institucionais e coletivos de reconhecimento e manutenção dos patrimônios culturais, é imprescindível que os mesmos encontrem ressonância na cena pública e sejam amplamente caracterizados como bens constitutivos das paisagens que habitamos, em interação. Assim, a legitimidade dos patrimônios assume relevância ou expressividade sociocultural quando ultrapassa a caracterização funcional submetida aos interesses de seus atores imediatos, envolvidos na produção dos artefatos, artigos, peças e produtos, e se vincula a uma rede ou coletividade sociotécnica (LATOURE, 1994), onde humanos e não-humanos¹⁸ estariam implicados diretamente.

Os bens culturais nos interstícios da relação cultura-natureza e a produção da narrativa do saber-fazer

Uma perspectiva analítica desta relação entre política cultural e processos de patrimonialização se sobressai quando comparadas as dinâmicas atuais de valoração e relevância pública que tem assumido alguns bens culturais na atualidade. A respeito deste nosso estudo, pesquisas importantes foram desenvolvidas por Dias (2006) e Simão (2008) no contexto de produção, circulação e consumo das panelas de barro preta. Nosso interesse aqui pretende então contribuir para a continuidade destas pesquisas, anotando pontos de contato mantidos nesta trajetória de promoção e preservação do saber-fazer das paneleiras e seus parceiros na modalidade de Ofício do patrimônio imaterial.

¹⁸ O aspecto básico da produção de Latour, além de considerar os diferentes instrumentos que permitem a interação de humanos-entre-si (o computador, o carro, as autoestradas, as teclas do celular), ressalta que o ator “[...] é caracterizado pela heterogeneidade de sua composição, de humanos e não-humanos, podendo ser qualquer pessoa, instituição ou coisa que produza efeitos no mundo e sobre ele mesmo” (OLIVEIRA, 2005, p. 58). Essa heterogeneidade característica do ator fundamenta que esse acoplamento heterogêneo se constitui através de certos agenciamentos intermediários, os quais são denominados de redes sociotécnicas (LATOURE, 1994). Nas palavras do autor, as próprias redes sociotécnicas passam a operar agenciamentos.

A interpelação de Yúdice (2004) sobre os usos da cultura na globalização permite referirmos que neste percurso recente a gestão da cultura tornou-se pauta para a manutenção e inovação dos ambientes produtores de bens identitários. Não apenas os ícones de identificação de sujeitos e grupos significativos são implicados pela reflexividade contínua e descontínua do conhecimento acerca de saberes e práticas situadas. Portanto, recursos materiais e simbólicos presentes na base destas expressões, ao tornarem-se referências particulares para ação e projeção destes agentes, ampliaram a necessidade de negociação de posições estratégicas para o acesso a esses bens escassos.

Neste sentido, acompanhar a maneira destes atores mobilizarem elementos de formações culturais singulares para a produção de sua identidade, como também as suas movimentações entre províncias de significados distintas, contribui para entendermos as implicações da atividade tradicional de produção artesanal e as pertinências destas práticas culturais na relação cultura-natureza.

Para tanto, a leitura de Appadurai (2008) torna-se importante para os objetivos de uma primeira aproximação ao circuito de bens identitários, principalmente as suas noções de mercadoria e de regimes de valor. Neste entendimento, a mercadoria é entendida como uma fase específica da trajetória e contexto de objetos quando entram e saem, circulam, dentro do estágio de mercantilização. Esta etapa de eleição de objetos à sua “carreira” na espécie de mercadoria vista como processo de mercantilização abrange a “interseção de fatores temporais, culturais e sociais” (idem, p. 30). Assim, observa-se a pluralização de “arenas sociais, no interior de/ou entre unidades culturais” na colaboração vinculante entre a promoção “de uma coisa ao estado de mercadoria e a fase mercantil de sua carreira” (idem, p. 29). Tal investida sobre a *produção de valores de uso sociais*, na leitura deste autor, propõe avançar na elaboração marxista de mercadoria assentada na perspectiva de produção ao abranger a trajetória ampla das mercadorias em movimento “desde a produção, passando pela troca/distribuição, até o consumo” (idem, p. 27).

Em todo o caso, mesmo ampliando o foco de descrição e análise antes “detido” unicamente sobre a produção/produto, a dimensão densa da “mistura e troca de qualidades entre homens e coisa” torna-se importante para seguir as pistas deixadas nas trilhas da intrincada relação de definição do valor. Neste caso, coisas e pessoas seriam observados em sua construção mútua para que ambos sejam “agentes recíprocos na definição do valor de um e de outro” (MUNN, 1983 apud APPADURAI, 2008, p. 36).

As parcerias sustentadas nesses “regimes de valor”, entendido como o grau de coerência valorativa intercambiável conforme a situação e a mercadoria (APPADURAI, 2008), longe de abranger somente estratégias fundamentadas na distinção social, podem incidir no resgate mais ambíguo e polissêmico imersos na fragilidade de vínculos estabelecidos entre pessoas e coisas, porque *a estabilidade destas interações* pode abranger e implicar com graus distintos este estágio de valoração enquanto política¹⁹.

Este destaque tenta insistir no argumento de que *a valoração de coisas e pessoas* se constitui por diferentes níveis de interação nos interstícios da relação cultura e natureza, para o caso aqui analisado. A problemática desta definição de política de valor elaborada através da elucidação de *habilidades estratégicas* torna-se mais operacional, para a finalidade deste estudo, quando se destaca a incongruência das instâncias de diferenciação em escala localizada²⁰.

De outro modo, como destacado em alguma medida por Arjun Appadurai que o “fluxo das coisas” é amplamente denso para denotar enlaces diversos desde percepções e propriedades mutuamente relacionadas de coisas, sujeitos e ambiente, sem o mínimo de ordenação que forneça referências básicas para a produção de conhecimento do mundo a capacidade de situar a vida em relações distintas torna-se fragilizada. Por sermos sujeitos às dinâmicas mais ou menos coerentes deste mundo, formuladas, por exemplo, através de

¹⁹ “Como o kula, do mesmo modo que em tais torneios de valor em geral, habilidades estratégicas são medidas culturalmente pelo sucesso com que os atores arriscam desvios ou subversões das rotas culturalmente convencionadas para o fluxo das coisas” (APPADURAI, 2008, p. 37). Consideramos assertiva a elucidação deste autor ao permitir a ampliação do ato de valorar muito além dos significados emitidos pela perspectiva puramente econômica. No entanto, a aposta dos atores quando subvertem as rotas mantidas na convenção do “fluxo das coisas”, apesar de denotar poder e valor à cotidianidade mundana, poderia ser mais interessante se abrangesse o caráter da lógica a maneira de Certeau (1998). Neste entendimento complementar, amplia-se a astúcia dos *aprendizes* e suas *maneiras de fazer com as coisas* por solapar a separação de corpo e mente, e assim, elabora e solidifica competências pertinentes e possíveis de transpor os entraves labirínticos das formações espaço-temporais. Com isso dizemos que o nível de análise que adotamos neste estudo não implica, necessariamente, colocar ênfase em fenômenos abrangentes como o kula, onde a circulação de objetos com valores particulares entre *homens de posses* do arquipélago Massim do extremo leste da Nova Guiné (circulação em direções contrárias de colares e braceletes ornamentados) leva às rotas e desvios de objetos de valor que retroagem sobre o potencial mercantil destas operações de troca para afirmar riqueza, poder e reputação dos homens.

²⁰ Por sua vez, as “habilidades oratórias e manipuladoras” das parcerias keda descrita por Campbell (1983), indicam que estas parcerias não são formadas apenas por homens, mas, sobretudo, pelo lugar que habitam e as propriedades e percepções que manipulam e detém de materiais que emprestam às habilidades corporais explicitadas nas narrativas de memórias, de identificações, de projeções e de idealizações, ou seja, naqueles modos de vida e seu saber-fazer explicitados entre/pelas *habilidades narrativas*. Portanto, tais indicações devem incidir na tratativa do entendimento de *circuito de bens identitários* porque a produção, circulação e consumo devem receber atenção, não encerrando a análise apenas em uma destas três instâncias das ocorrências de relações incongruentes e/ou recíprocas de sujeitos, objetos e o ambiente cultura-natureza por onde circulam e são objetivados.

convicções e valores (no plano das ações interativas) e das percepções e sensibilidades (estar com/no ambiente percebido) as forças constitutivas destes diferentes planos de ação e reação nos interpelam *a atribuir, a avaliar, a (re)organizar* os sentidos e significados pelos quais consolidamos uma trajetória situada em contextos diversos e, por isso, distinguíveis pelas suas qualidades misturadas e trocadas entre sujeitos, ambientes e coisas:

Entre os Suku do Zaire, por exemplo, entre os quais fiz pesquisas, a vida útil atribuída a uma choupana gira em torno de 10 anos. A biografia típica de uma choupana começa com a moradia de um casal ou, no caso de uma família polígina, de uma esposa e os seus filhos. Conforme a choupana envelhece, ela passa sucessivamente a ser uma casa de hóspedes ou de uma viúva, um ponto de encontro de adolescentes, uma cozinha e, finalmente, um abrigo de cabritos ou galinhas – até a vitória final dos cupins e o colapso da estrutura. O estado físico da choupana em cada fase corresponde ao uso particular que se faz dela. (KOPYTOFF, 2008, P. 92).

Essa concepção de biografia proposta por Igor Kopytoff (2008)²¹ destaca uma dimensão da análise dos artefatos enquanto bens culturais que circulam em tempos e espaços diferentes e recebem marcações específicas de instâncias econômicas, técnicas, sociais, etc. O que se explicita acima concernente ao estado e uso de uma choupana destaca a *processualidade do ambiente e de coisas* impactadas pela ação do tempo aliada aos seres que habitam essa esfera interativa. Nesta elucidação apreende-se a “alquimia” do estar/com um mundo repleto de vida e seus enlacs. Por este caminho, no instante imediato não há passividade frente às relações de diferentes elementos em interação.

Estar no mundo é, a partir dele, verificar as mudanças desde circunstâncias de ações e reações interpeladas pelos traços e linhas de formação proveniente da trajetória dos movimentos mantidos na história significativa de nossas vidas. Por mais frágil e precária que seja essa conduta existencial a partir da relação com/entre o mundo percebido e as forças e propriedades da matéria-mundo (ambiente tempo-espço), uma

²¹ Nessa direção, o que KOPYTOFF (2008) pretende é enfatizar os processos de mercantilização e desmercantilização conforme os bens circulem por ambientes, sujeitos e temporalidades distintas. Sugerir certos traços obtidos pela dinâmica de circulação de objetos na constituição de suas propriedades e formas bem como usos, apropriações e visibilidades, propõe seguir estes processos de composição, decomposição e recomposição da feitura dos artefatos culturais impregnados de *saberes-fazer* delimitados situacionalmente, mas interpelados pela combinação de aspectos e elementos latentes e manifestos de “províncias de significados” (SCHUTZ, 1974) demarcadas por forças originais de suas formações culturais.

singularidade biográfica pode alçar a relevo aquele “emaranhado de julgamentos estéticos, históricos e mesmo políticos, e de convicções e valores que moldam as nossas atitudes” (KOPYTOFF, 2008). Há diferenças significativas entre “a biografia das coisas e a história social das coisas”. Em todo caso, destacamos que a explicitação destas duas dimensões de análise pode ser complementar para se acompanhar as narrativas manifestas nas “*habilidades oratórias e manipuladoras*” como destacara Campbell (1983).

A *análise situacional* proposta por Van Velsen (1987), soma de maneira positiva a este estudo, pois permite a utilização de uma gama de materiais a serem analisados sobre o problema referido. Confrontar observações diretas, os dados registrados em diário de campo, os materiais oficiais de órgãos governamentais, as entrevistas com os atores implicados e os materiais de divulgação do ofício, pode viabilizar o acesso do percurso de tensões e conflitos e suas resoluções e convergências a objetivos e interesses comuns.

Indicar âmbitos descritivos pertinentes ao Ofício de Paneleiras de Goiabeiras Velha, destacando o contraste entre aspectos endógenos e exógenos a tal expressividade cultural, permite perceber o ponto de contato e entrecruzamentos de perspectivas de motivações e propósitos que venham a extrapolar o campo das políticas culturais de patrimonialização, mas também, da compreensão do bem cultural como não encerrada unicamente na produção acabada das panelas de barro em sua forma final.

Os textos que produzimos também são prenes de significados e manifestam as lacunas da busca por legitimação e autenticidade do “presente etnográfico” vivido, por isso, buscar âmbitos complementares de demonstração da presença e da percepção do observador pode contribuir à orientação de seus “achados” próximos a empreendimentos textuais significantes (CLIFFORD, 2011). Narrativas ampliadas pela interação dos sujeitos da pesquisa podem se tornar importantes vias de acesso à compreensão daquilo que intencionamos produzir neste estudo.

Uma estratégia de apropriação narrativa contrária a desagregação da memória revela o emprego discursivo de acontecimentos do passado, propagados e (re)propagados, com contornos distintos por vias semelhantes, na figura de valores inerentes ao seu contexto originário. Ainda assim, desde nossas pesquisas tratamos, muitas vezes, com atores que assumem, contrastam, inovam e compreendem através de

fórmulas narrativas e ficcionais significados os quais lhes são externos, provenientes de grupos marcados por outras instâncias de legitimação.

Neste sentido, a narrativa usualmente descreve o estabelecimento da localidade, pois “[...] ao evocar a lenda, o locutor se serve da memória genealógica para comprovar a ancestralidade da presença do grupo e a legitimidade da posse do território.” (CAVIGNAC; CIACCHI, 2007, p. 328). De maneira complementar, a memória genealógica síntese produtiva da ação de integrantes e parceiros do grupo geracional não carrega em si somente lendas, sobretudo, biográficas, histórias de vida, acontecimentos, etc. Busca-se a partir deste prisma investigativo dimensionar a complementaridade entre leitura, observação e escuta, como proposto por (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000). O estar ali de olhos abertos a escutar relatos de memórias individuais e coletivas não é somente auto-evidente. Revela uma dimensão de continuidade da elaboração do ambiente constitutivo do circuito produtivo de bens identitários. O corpo de quem fala compõe uma narrativa. Constatação observada quando clientes e turistas, este últimos como mais intensidade, procuram o Galpão das paneleiras para negociar as peças de barro. Se evidência nesse duplo processo de aproximação com a tradição, a procura e o encontro de modos de fazer descritos aqui como *habilidades narrativas*²².

A premissa básica para a objetivação etnográfica, trabalho este por mais conclusivo que parece ser é marcado de imprecisão e ênfases descritivas e analíticas abertas e escorregadias. Investir no diálogo promissor com os sujeitos da pesquisa levou Fabian (2006, 2013) a definir *coetaneidade* como exercício de compartilhamento do tempo, assim, fundamentado no acompanhamento de práticas significativas insufladas na “práxis culturalmente organizada” (FABIAN, 2013, p. 69).

Para escapar a falta de dados e iniciativa à colaboração da pesquisa com os participantes no movimento Jamaa, o pesquisador distribui questionários para serem respondidos e recebe como resposta que o grupo de seu interesse não pode ser registrado por escrito. E vão mais além, se forem “pesquisados” deverá ser dentro de seus termos, basicamente, a partir de falar, de conversar, mesmo que sejam esses instantes puramente de testemunho e ensinamentos tidos como “originários” ao grupo, por se tratar de “[...] a

²² Neste ponto uma suposta intuição ingoldiana (INGOLD, 2015), para tratar não da orientação direta da teoria e análise proposta por este autor, mais sim um diálogo aberto e abrangente das questões que ele propõe debater. Penso que a aproximação dos termos habilidades e narrativas apresentadas por Tim Ingold corroboram a abrangência do saber-fazer do Ofício de Paneleiras por ir além das habilidades técnicas descritas como prerrogativa para as/os artesãs/os profissionais.

comunicação etnográfica ser regulada pelas estruturas comunicativas ou pelas regras de comunicação dentro da comunidade de fala em que se trabalha” (FABIAN, 2006, p. 513), sem explicitar, necessariamente, logo de saída, dimensões de tensões e conflitos presentes na historicidade desta formação cultural.

A presença exige, desse modo, o momento da interação, correlação direta entre tempo vivido e corporeidade. Assim a realidade é material, prescinde de corpos e objetos (artefatos culturais). Viabiliza-se por essa performance na/da interação naquilo “[...] que podemos saber uns dos outros, e sobre nós mesmos [...]” (idem, p. 514), circulação essa mediada por realidades materiais e simbólicas²³.

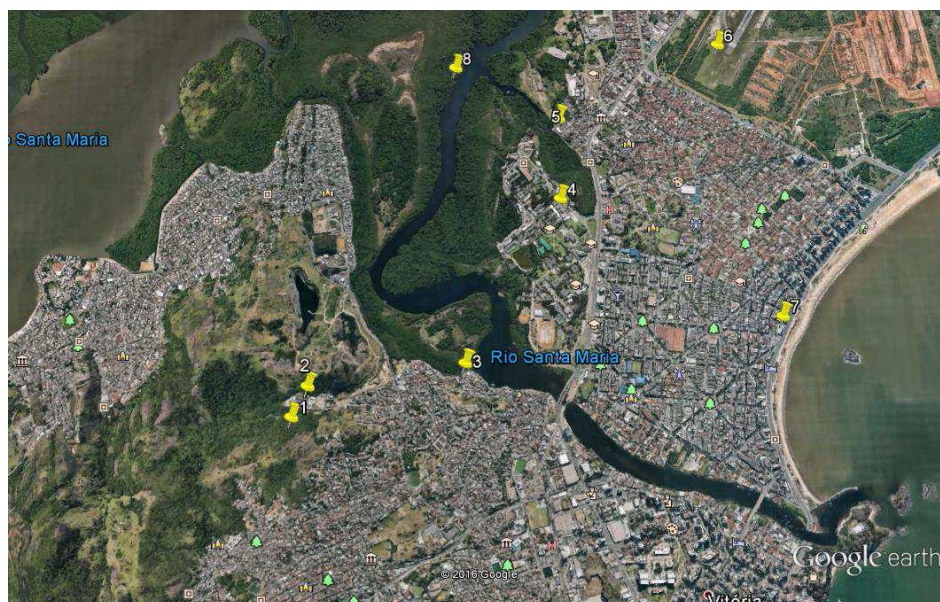
Narrativas do saber-fazer e algumas ressonâncias recentes

Pelos aspectos e elementos elencados até este ponto, as dimensões de reconhecimento de agentes e coletividade envolve a forma que mobilizam o ambiente, seja como arranjo socioespacial observado na interação entre o Galpão, o bairro, o mangue e o barreiro/jazida de extração de argila, seja na efetivação da venda de uma peça produzida por si mesmo ou por aqueles que dão continuidade nesta cultura tradicional. Seguimos neste ponto a descrição de algumas percepções etnográficas obtidas até o momento, que viabilizam a problematização dos lugares estratégicos da gestão do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras Velhas e as ressonâncias distintas da relação cultura e ambiente na elaboração das narrativas do saber-fazer.

Às 7 horas da manhã, quinta-feira, 09 de março de 2016, estava no Galpão das Paneleiras esperando o tirador de barro que me convidou a visitar o barreiro. Na visita realizada em agosto de 2015, quando conversava com ele sobre a pesquisa, este tirador de barro firmou o compromisso de levar-me até o barreiro. Nesta primeira ocasião já adiantava que no barreiro o trabalho é pesado. Emprestamos a bicicleta de um de seus sobrinhos e fomos até o bairro Joana D’Arc. Percorremos a ciclovia que liga estes dois pontos da cidade. Atravessamos a Ponte da Passagem, antigamente, velho pontilhão em que a travessia só podia ser feita a pé, a cavalo, e bicicleta. Agora, ponte nova estaiada.

²³ Ênfases analíticas pertinentes aos pressupostos investigativos da elaboração de bens identitários na acepção do que poderíamos denominar um circuito, dado os aspectos de presença, interação e corporalidade agindo e retroagindo frente a processos de objetivações demonstrativas do “que somos, nós mesmos, possíveis; e são as objetivações que fazem a objetividade possível para nós” (FABIAN, 2006, p. 514) podendo ser objetos, textos, documentos, performances, narrativas, etc.

No caminho, mostra-me um ponto de referência, a paragem à beira do rio a qual seria o antigo porto de descarga das bolas de argila utilizado até meados da década de 80. A argila trazida em carroças seguia em pequenas embarcações pelo curso das águas do Rio Santa Maria até a conhecida pedra do porto de Goiabeiras Velha.



1-Jazida extração do barro; 2-Estação de Tratamento de Esgoto (ETA); 3-Antigo porto de escoamento do barro; 4-Universidade Federal do Espírito Santo(UFES); 5-Galpão das Paneleiras de Goiabeiras Velha; 6-Aeroporto de Vitória(Eurico de Aguiar Salles); 7-Praia de Camburi; 8-Estação Ecológica do Lameirão. (Mapa parcial da cidade de Vitória-ES).

Chegamos à entrada do Parque Natural, o portão de acesso estava entreaberto²⁴. Logo nos dirigimos para a guarita dos vigilantes do parque para uma primeira identificação. Com moderada resistência, recebemos a advertência que eu não poderia entrar na jazida. O tirador de barro imediatamente argumenta sobre a minha vinda do Rio Grande do Sul. Passam-me o telefone e falo com o gestor do parque cuja permissão me concede e fica interessado na pesquisa. Na planilha de controle fornecida pelo vigilante

²⁴ “[...]A implantação dos marcos físicos e cercamento custará R\$ 579.833,07, recurso de compensação ambiental. [...]O serviço é importante para aprimorar o desenvolvimento das atividades administrativas do local, bem como controle e fiscalização e monitoramento. Com essa obra, vamos evitar atividades prejudiciais ao meio ambiente como caça, entrada de animais de criação e ocupações irregulares”, destacou o secretário de Meio Ambiente de Vitória Luiz Emanuel Zouain. Além disso, o cercamento orientará os munícipes quanto aos limites do Parque, fomentando uma interlocução mais positiva e colaborativa com os frequentadores”, disse. [...]Situado no bairro Conquista, o Parque Natural Municipal Vale do Mulembá possui uma área de 114,64 ha. Com paisagens privilegiadas, o parque apresenta mirantes naturais com múltiplas visões da cidade, em especial toda Baía Noroeste de Vitória, os manguezais e o litoral da praia de Camburi e Tubarão. Ainda abriga uma área com vegetação característica de encosta de Mata Atlântica (ipês, jequitibás, adernes, pau-ferro, peroba-rosa, jacarandá mimoso, louro, figueiras, etc.) e fauna típica com répteis, invertebrados, pequenos mamíferos e aves.”
Notícia acessada em: <http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/prefeitura-vai-cercar-parte-do-parque-natural-do-vale-do-mulemba-19856>

que me atendera, assino meu nome na sequência daqueles que anteriormente visitaram o parque, *os guias e caminhantes que realizam trilhas na natureza*. Um instante de tensão surge pela minha presença, mas, nos entreatos, tiradores de barro e vigilantes do parque trocam impressões das vivências que mantêm ao longo dos ambientes de sociabilidade fora desta atividade, pois são conhecidos de/em outras circunstâncias. Contudo, é preciso mostrar-me que há um “desvio de conduta” na postura que os tiradores estabelecem no suposto descuido da extração da argila neste parque natural. Passado este instante de acertos, somos recebidos por saguis de caras brancas, pequenos micos-leões-dourados que são descritos como os verdadeiros moradores do lugar.

O tirador de barro mostra-me a Estação de Tratamento de Esgoto e diz que ali é que tem o barro bom de ótima qualidade²⁵. Pela impressão inicial, o lugar parecia-me menor do que mencionado no percurso de deslocamento até o Vale do Mulembá. Lá não existe banheiro e água potável somente em uma torneira ao lado da guarita dos vigilantes. Os tiradores de argila levam suas marmitas de comida em sacolas plásticas para comer no meio da mata e na borda dos buracos abertos para se conseguir o barro bom. Na trilha aberta onde florescem árvores de ambos os lados, mostram-me as diferenças de barro: *isso é barro grosso, esse é barro fino. Não dá, barro grosso*. Na sequência sabemos que a argila é constituída pela combinação dos barros finos e grosso em proporções ideais. O barro tem som, xéc, xéc, xéc. As pontas dos dedos e a palma da mão são excelentes instrumentos para esse teste de qualidade do material a ser perseguido e conquistado.

A extração do barro, propriamente dita, consiste em abrir um buraco no chão. Ter a sensibilidade para mensurar a propriedade de liga do material. Amassar, cheirar, esticar a porção do solo, agora, em processo de compactação das diferentes camadas, possibilita manter a qualidade das futuras peças de barro. As propriedades do material são “controladas” desde o primeiro momento da chegada à Jazida²⁶.

²⁵ Informação confirmada por pesquisa desenvolvida no ano de 2010 para testar as propriedades da famosa argila do Mulembá, material que garante a qualidade da panela de barro preta que mais parece ferro. Em diferentes trabalhos produzidos nos demais polos produtores de panela do Estado do Espírito Santo foram mencionadas as qualidades do barro utilizado pelas Paneleiras de Goiabeiras. Na pesquisa de revalidação do Ofício desta prática artesã foram constatados ciclos de migrações de populações provenientes do nordeste, que acabaram por habitar os municípios de Viana, São Mateus e Guarapari, também localidades produtoras de algum tipo de panela de barro.

²⁶ Para Lévi-Strauss (1985), quando percorre a descoberta do pensamento mítico dos ceramistas das populações indígenas das Américas - descrito em seu livro *A oleira ciumenta* - os ciclos lunares eram determinantes para se saber o lugar e o momento ideal para a prospecção do material utilizado nas peças ceramistas. Do contrário, para os tiradores de barro da APG somente a jazida do Vale do Mulembá é o único lugar possível para se extrair o barro bom. As paneleiras de antigamente também descrevem que as



Paisagem e ambiente, atores e suas práticas, com/na extração do barro na jazida do Vale do Mulembá. Eraldo alimentando os saguis; Ronaldo gesticulando as dimensões da ocorrência do *barro bom* nesta jazida denominada popularmente de barreiro.

Quando chove, a água que jorra Vale abaixo, no percurso sobre/entre as montanhas, preenche os buracos abertos no meio da mata. Dificulta o trabalho destes “garimpeiros” do barro. Voltarei a esse ponto mais à frente. Embora tenha deixado os tiradores com água quase pelo pescoço, impacta o barro duro permitindo a sua retirada.

Na ocasião de haver escassez de chuvas, estes senhores carregam garrafas pet com água para regar os buracos abertos e trabalham na “lama”. Rádio à pilha pendurado nas árvores. Programa de emissora da rádio local. Som a todo o volume. Enxada lançada no solo seguida pela atividade de *bater bola*. Esta ação consiste em romper o amontoado de barro com as mãos, envolvendo e enrolando esse material até formar uma bola. Pesam em média uns 15 quilos. Vespas e moscas pequenas permanecer no sobrevoo entre a cova aberta com o barro úmido ou mesmo encharcado, a lama.

Tal momento de observação e “integração” ao ato de extrair o barro é interrompido pelos passos dos vigilantes do parque acompanhados do gestor desta reserva de preservação ambiental. Estava empolgado, o gestor²⁷, em saber se a pesquisa iria produzir algum resultado sobre o que estava acontecendo ali. E, por sua vez, depois de trocarmos informações e conhecermos nossas competências, insiste em argumentar que os tiradores de barro estão terminando com a mata nativa do parque. Ao pé do ouvido disse-me que “*aqui tinha até mesmo onça*”. Mostra-me o “excesso” dos tiradores ao não respeitarem somente os lugares das clareiras em meio à mata. Trocamos e-mail e

canoas de Goiabeiras cortavam as águas do mangue, no rio Santa Maria, para buscar o barro quando a lua era cheia. Isso garantia a maior durabilidade das painéis.

²⁷ Agradecemos à administração municipal da cidade de Vitória(ES), na pessoa do gestor do Parque Natural Municipal Vale do Mulembá, o qual manifestou interesse pela nossa pesquisa e contribuiu através da permissão de nossa visita à jazida de extração de argila.

nos despedimos. Em contrapartida, os colegas tiradores de barro, que antes me viam unicamente como turista, nesse interstício, tornam-me um chegado. Fui ajuda-los a bater bola de barro para então comermos os torresmos no caminho de volta à Goiabeiras. As pontas das unhas são lixadas, gastas pelo contato com o barro. Depois de bater umas 15 bolas, o meu corpo já estava desestabilizado. O trabalho é extenuante. A argila vai pesando, pesando, até fazer com que não se sinta mais o ponto de equilíbrio nos ombros. O esforço no ombro o adormece e a força máxima fica concentrada no abdômen, nos joelhos e calcanhares.

Os tiradores de barro mencionam que esta matéria-prima está perdendo sua vitalidade. A ação das chuvas permite que *o barro se “renove” nos buracos*. Tem lugares de extração que foram usados pelos avós destes tiradores. Outra informação importante é que estes senhores estão restringidos em poucos pontos de retirada da argila. Do ponto onde estávamos um deles insiste, para lá e para cá, acima e abaixo, são dois quilômetros de barro para cada lado. Confessa também que um dia o barro vai acabar. As panelleiras utilizam o barreiro há décadas. Acompanhar esses desdobramentos, na atualidade, permite-nos, supõe-se, a observação das ressignificações de gramáticas e cenários distintos como também dos modos de habitar e perceber estes ambientes em disputa.

Na volta ao Galpão das Panelleiras, recebo café e avultam perguntas sobre a minha impressão do barreiro. O colega tirador de barro estimula as mulheres a me parabenizarem porque tinha o ajudado na lida do barreiro. Uma panelleira, cabisbaixa, alisando panela indaga: *É Renato, lá o trabalho é duro. Parece mais trabalho de garimpo*.

Trocamos mais algumas impressões a respeito da produção de panelas neste dia. Contudo, o entusiasmo deste último extrator de barro, quando declarava sua satisfação em ter sido reportado muitas vezes por programas de televisão local, ser uma pessoa famosa, mudara durante este dia. Existe neste contexto um adensamento do léxico *se fosse...* Tantas figuras a transitar neste cenário impactam os processos identitários constituídos situacionalmente²⁸. Depois destes ensaios de efetiva autoestima, se vendo

²⁸ Diga-se de passagem, o aumento dos homens nas diferentes atividades que envolvem a produção, circulação e venda das peças de barro, criou certa ambiguidade na nomeação destes produtores. Um dos senhores, artesão e pescador, relata que a produção de panelas é sazonal. Esteve trabalhando em São Paulo numa empresa de fundição de metais. Também sabe cozinhar muitos pratos da culinária capixaba e auxilia amigos e parentes na pesca em alto mar. Contudo, declara que é artesão. Não é panelleiro. Ainda mais porque esteve no galpão um grupo de turistas vindos de Portugal e explicaram para o produtor de panelas o

como atores e atrizes nas televisões e telas de computadores, presenciei mais de uma vez esse instante de perda de vitalidade da performance figurativa antes, durante e depois destes atos de apreensão imagética. Seriam instantes de captura e transmutação da *áurea paneleira* em evidência?

A identidade paneleira está imbricada com os *fluxos dos materiais* empregados nesta arte de perpetuar a tradição. A tarefa de bater tanino para tornar as panelas pretas, mesmo que as/os artesãs/os se protejam, queima diferentes partes do corpo. A entrega é intensa. Estar na tradição tem um preço. É apreender as texturas, os contornos, as temperaturas e densidades dos materiais. É permitir também em uma conversa, saber que a contração *Lisar Panela* é própria do grupo²⁹. Os artesãos novos, na faixa dos 28 a 35 anos, sabem transitar por essas camadas de significação construídas pelo grupo. Instante que atuam como tradutores dos seus parentes de longa geração.

As bolas de barro são descarregadas do caminhão da prefeitura e armazenadas no local de seleção e compactação da argila. Busca-se, de início, melhorar as propriedades do material. O barro é pisado. E quando surgem impurezas (galhos, folhas, pedras) identificadas com a sola dos pés, os amassadores de barro tratam logo de selecionar estas interferências na argila boa³⁰. Passa-se para cada paneleira e artesão a quantidade encomendada aos tiradores do barreiro. Cada bola de barro custa R\$2,00. Armazena-se a quantidade adquirida no lugar apropriado dentro do box/mesa de trabalho. Estando a argila livre ao acesso dos produtores inicia-se a confecção das peças.

A técnica predominante na modelagem das panelas de barro é utilizar um punhado de argila, abri-lo com ambas as mãos, para em seguida trabalhar este material a partir de seu interior. Um pedaço de cabaça denominado *cuité* facilita o ato de “puxar a panela”, através de movimentos anti-horários com a mão direita no interior do bloco de

que significava a expressão de paneleiro nas terras do Porto: *Lá, paneleiro é gay, homossexual. Aqui nos somos homens. Nada de paneleiro.*

²⁹ A ceramista e antropóloga responsável pela pesquisa muito bem referendada pelas paneleiras, Carla Dias (2006), escritora do livro *Panelas de Barro Preta: a tradição das Paneleiras de Goiabeiras/Vitória-ES*, menciona neste texto que a descrição das artesãs de as panelas serem de barro é um deslize técnico. Nesse sentido, correto seria descrever as panelas como peças cerâmicas, pois o barro passará pela “desidratação” acometida pela alta temperatura produzida pela *fogueira de queima das panelas*. Elas, as paneleiras, chamam suas panelas de barro para se diferenciarem daquelas produzidas pelos *ceramistas de torno* da região da cidade de Guarapari-ES.

³⁰ O saber-fazer das paneleiras deixa de ser exclusividade de mulheres, ainda sendo a maioria, mas a serialização da atividade, como descrita por Nicole, Nascimento (2012), envolve sete etapas, e, pelo motivo do extenso número de processos no fabrico das peças, os homens acabaram se inserindo na produção. Por isso o transporte da argila e a extração das lascas de caule das árvores que fornecem o tanino existente no manguezal são atividades predominantemente de responsabilidade dos homens.

argila, acompanhada da mão esquerda que percorre por fora no sentido horário; completa-se, assim, a ação de modelagem quando se diminui as bolhas de ar do material e se equilibra a espessura exigida à uniformidade das peças. Quaisquer resquícios de “impurezas” ainda existentes na argila são continuamente identificados e retirados imediatamente. Se acaso ocorrer excesso ou falta de barro, procura-se repor ou retirar o material e equilibrar a forma desejada.

Levam-se as peças à sombra e, depois da secagem, cumpre-se a etapa de virar a panela. Esta atividade consiste em virar a peça de modo que fique emborcada sobre a mesa de trabalho. Com a mão esquerda a panela é segura e com a mão direita a chapa fina de metal na forma de arco determina o primeiro alisamento e também retira o excesso de barro.

Agora, entram em cena as pedras de rio, os seixos, de cores/formas/tamanhos os mais variados. Com o auxílio dos seixos as panelas são alisadas para tapar os poros e impermeabilizar o material. O acabamento realizado, seguido da etapa de secagem, as peças são levadas à fogueira, etapa da queima em temperaturas perto dos 600°C. Finalmente, as cascas de mangue batidas e mergulhadas por cerca de dois dias na água fornecem o tanino. A vassourinha de muxinga embebida de tanino açoita a panela para dar-lhe a coloração preta. As peças já resfriadas são embaladas, se for o caso, e mantidas nas prateleiras do pequeno mostruário e estoque conservado por cada artesã(o).

O estoque de peças é importante porque com este número de panelas adicionais são complementados os próprios pedidos individuais. E até mesmo, pedidos que os demais artesãos não possam fornecer por estar em falta à panela solicitada. Nesse aspecto existe uma colaboração associativa para atender aos pedidos conforme o desejo do cliente. No Galpão não há “*proselitismo*”. Ninguém despersuade ou desmerece o trabalho dos colegas. Sobrevém o respeito àquelas paneleiras que resistem na tradição. As paneleiras que produzem no “seu tempo” situam-se entre as lidas domésticas e a elaboração das peças de barro.

Algumas paneleiras se especializam na confecção de peças para abastecer empresas produtoras de festas e eventos. Esta interação com base na visão empreendedora exigida pela conformidade de padrões estéticos concomitantes a precisão e pontualidade do incisivo plano de negócio, abre caminho para o deslocamento da virtude tradicional presente no legado expressivo de hábitos e costumes recebidos ao longo das gerações. Mercado de bens culturais e práticas coletivas tradicionais

complementam-se no interstício impreciso, e por isso dinâmico, de situações e contextos pontuais. Gosto, estética e predileção acompanham a *demanda prática* destes objetos de consumo. “*Olha senhor, essa cambuquinha aqui vai te custar dez reais cada. [Mas minha senhora, são para os convidados, então queria um souvenir, apenas uma lembrancinha.] Há tá. Essas canjiquinhas tem o preço menor. Cada uma lhe custará cinco reais. Então leve essas. Mas são boas também. Aqui, panela é tudo de qualidade.*”

Os consumidores sejam o turista, o chefe de cozinha, o proprietário de rede de restaurantes, o pesquisador, influenciam direta e indiretamente a autoestima e a significação desta comunidade e seus níveis de identificação diversos. Porém, o grau de reciprocidade entre estes pontos de vista permanece vinculado sob a forma de compromissos firmados à continuidade das relações inerentes a aceitação ou reprovação destas distintas condutas. Apesar de haver essa intensidade de trocas perceptivas sobre cada intenção durante a relação entabulada, os léxicos *são para* versus *são também* transbordam as linhas de forças orientadas ora pela convergência, ora pela divergência, demonstrando à ênfase de dilatação e contração deste campo de forças performáticas atuando como *margens englobantes* de um campo de possibilidades abertas e problemáticas.

Presencio, ali, como elas trabalham o barro e dão forma a este material. Então verifico uma cena interessante. Durante todo o dia passam inúmeras pessoas, turistas, vizinhança, donos dos restaurantes, empresários de outros estados do Brasil, mas a passagem de um casal chamou-me mais a atenção. Uma turista procurava uma panela com medidas específicas que sirvam para as dimensões do seu fogão. Procura uma panela com menor preço e indaga: “*Vou levar essa, o valor é só 10 reais, então se quebrar não vou perder muita coisa*”. Com expressão atônita, a jovem paneleira, de 24 anos, interrompe o trabalho de 27 vasos que está fazendo para uma igreja evangélica da cidade e retoma: “*Olha minha senhora, leve essa panela aqui que lhe será útil. Ainda mais porque o barro é vida*”. Sem saber muito que falar, a turista aceita a recomendação de Mariana, paga o valor da panela de barro e retira-se do galpão. Eronildes, sem parar o que faz, moldar o barro, um tanto insatisfeita relata o seu sentimento: “*O pessoal, muitas vezes, não quer saber do conhecimento, da tradição, do valor que tem o ofício de paneleira. Querem saber é o valor das panelas. A qualquer custo reclamam um preço o mais baixo possível. Não ligam muito para o que as panelas de barro realmente representam*”. Segui na observação junto ao trabalho de moldar o barro, pois, neste

momento, já tinha sido acolhido para tomar um café denominado cafuzo, comer um pedaço de bolo de milho e provar o queijo fabricado na região. A parada para o lanche ocorreu após termos trocado várias impressões e eu ter aceitado o convite de aprender a alisar as panelas de barro. Prestei-me a colaborar no trabalho ainda mais porque uma das paneleiras tinha acertado uma encomenda de 200 panelinhas para escondidinho, e estava aguardando o cliente entrar em contato para acertar o horário da entrega das peças. Assim, ensinam-me a alisar as panelas, processo que consiste em tapar os poros do barro de cada peça, na intenção de aumentar a resistência e completar a etapa que antecede a queima das panelas de barro. Junto ao grupo presencio algumas estratégias de venda e as negociações dos consumidores que recorrem o galpão para adquirir este bem da cultura capixaba. A paneleira insiste na maneira que deveria segurar a pedra para conseguir o efeito desejado nas peças. Então, vai até o lugar de trabalho de sua prima, e retira uma pedra (seixo de rio) do fundo de umas das prateleiras no interior de um armário de madeira: *“Usa essa Renato, com ela verá o trabalho render e tirará um melhor acabamento”*. A alisadeira de panelas tem guardadas inúmeras pedras de diferentes cores e formato. Suas colegas ficam admiradas com a diversidade de pedrinhas guardadas cuidadosamente. Faz bastante tempo que ela atua nessa atividade de alisar panelas. E durante o momento que observava o meu aprendizado ela retoma: *“Sabe Renato, eu tenho alergia ao barro. Para fazer panela tem que ter a mão boa, muita delicadeza. Eu tenho a mão pesada, sou útil nesse serviço de alisar panela, porque precisa força. Quanto mais força no braço melhor. Nas pontas dos dedos fica doendo bastante. E não é o braço que você segura à panela que dói mais, mas o braço da mão que se segura à pedra”*.

São histórias repletas de valores e significação (GEERTZ, 1984) particulares desta coletividade constituída por sujeitos interessados por aquilo que fazem e dizem. Vivem as relações de parentesco e vizinhança a partir das circunstâncias que a vida lhes oferece e as convida:

Marinete: Ô, essa aqui que é Regiane, a minha filha. A qual eu falei que faz panela de barro e tá mantendo a tradição. Começou a alisar com certeza vai aprender. Porque a vontade né que vem. A mesma coisa que aconteceu comigo aconteceu com ela. **Regiane:** Aí eu comecei vendendo para os clientes dela, né mãe, o sêu Alceu. Eu comecei vendendo as minhas panelas para os clientes dela. Só que eu não sabia fazer tampa. Eu só sabia fazer as panelas de moqueca. Aí a minha mãe me ensinou fazer a tampa. Aí eu comecei fazendo a tampa também. E aí já (movimento com as mãos demonstrando ampliação do espaço/rede).

Ela continuou com os clientes dela e eu já comecei a conseguir os meus separados. E a gente foi fazendo o nosso trabalho separado. **Marinete:** E o meu também comprava panela dela. **Regiane:** É. **Marinete:** Porque adorava as panelas dela também, muito. **Regiane:** Porque na época eu fazia um tamanho menor e a senhora fazia um tamanho maior. **Marinete:** Eu fazia coisas mais grandes. Ela fazia as panelinhas menores e as minhas panelas eram grande. **Regiane:** Olha, a gente usa uma linguagem diferente. Vamú lisa, vamú lisa, vamú quemá, vamú soitá. Açoitar, nós falávamos vamos soitar a panela. Açoitar é bater o tanino na panela. Deixar a panela preta. Quando ela sai da fogueira bem vermelhinha, a gente bate com a vassourinha o tanino, né, que é a casca do mangue do manguezal, e a panela fica pretinha.

Berenice: Quando vem uma coisa pesada, caindo, dizendo que não vou deixar vocês fazer mais isso, a segurança nossa é porque nós somos patrimônio histórico. [...]. Se acontece um problema nós vamos procurar os órgãos e falamos, nós somos patrimônio histórico, vocês vão deixar que venha a acabar? Porque a associação sozinha, mesmo, não tem força. Nós precisamos dos órgãos para nos ajudar. E para nós é muito importante a revalidação (SABERES DO BARRO, 2016).

Quem passou por um *aprendizado de ofício* e reconhece as dificuldades de apreender diferentes conteúdos de conhecimento a serem transformados em práticas incorporadas para a sua externalidade funcional, olhar a ação e reproduzi-la confirmando por isso saber-fazer específico, também se torna conhecedor desses meandros do *fazer-se agente da cultura* e colabora no sentido de ter o cuidado necessário para a efetiva apropriação deste conhecimento detalhado nas circunstâncias vividas em/com a comunidade tradicional na qual se insere enquanto integrante.

Aprender em comunidade de práticas, e ainda neste contexto tradicional de produção de panelas de barro, remete a ideia de que há uma temporalidade e valorização de aprendizado, o saber-fazer, e a gestão de si e da interação recíproca com os demais parceiros do Ofício.

Pontos conclusivos

As mudanças ocorridas nas práticas e conhecimentos durante a trajetória de constituição da identidade paneleira ainda estão por serem “desveladas”. Todavia, acompanhando a proposta de Lopes, Totaro (2014), as convenções e estruturas de sentimentos, presentes na estética atual do Galpão, nos documentos de ofícios, bem como e, principalmente, no denso material imagético produzido e divulgado sobre as mulheres

negras paneleiras, podem elucidar pistas interessantes para pensar a ressemantização dos discursos e práticas, e até mesmo as corporeidades atuais³¹.

As estratégias de comercialização de panelas de barro demonstram os níveis de entrelaçamento das relações de parentescos mantidas nesta tradição de longa geração. No início quando se está aprendendo a fazer as peças, o lugar no grupo é definido pelos laços de proximidade familiar, mas a autonomia de cada artesã e artesão do ponto de vista da constituição das competências de produção do artefato é relativa à aceitação dos itens produzidos pelos compradores que avultam o Galpão e as demais dependências de circulação e consumo predominante das panelas de barro.

A autonomia mencionada refere-se basicamente a poder se posicionar no ambiente de interação capaz de manter certa alteridade desde as lógicas de valoração e reconhecimento quando se adquire as peças de barro autenticadas pelas mãos das paneleiras de geração. Por outro lado, até se conseguir ter a total aprovação pelos consumidores deste bem cultural, relevância pública daquele resultado do engajamento atento de equilibrar propriedades de materiais *interpeladas/combinadas* continuamente, manterem-se próximas das detentoras da prática manual de estabelecer forma a argila transformada em panela de barro preta, torna-se quesito fundamental à percepção de quem quiser se manter nesta tradição.

Quando se está amassando o barro ao lado da mãe, da avó ou da tia, fazendo as primeiras panelinhas, se observa também como se nomeiam os próximos e os distantes, quem é de dentro ou de fora do grupo. Mas também quais as panelas preferidas pelos clientes, seguido das maneiras de se conquistar uma venda pelo “encanto” das mãos capturadas sob o barro envolvido pela água em movimento. Ter contato com os materiais e desenvolver uma habilidade, tendo em vista às exigências das propriedades que aqueles

³¹ As transformações ocorridas no galpão conseguiram fazer as paneleiras realizarem suas atividades em pé, de maneira quase ereta. As alisadeiras e alisadores ainda estão mais próximos do chão, sentados nos banquinhos ou na terra pura. Tornam distintos os engajamentos corporais destas atividades. A confecção predominante de panelas de barro ainda mantém os processos produtivos cujos saberes e práticas foram transmitidos pela linha geracional das detentoras desta tradição. A ocasião de haverem mudanças, e de fato existem inúmeras, permanecem latentes e emergem quando se observa mais atentamente a continuidade das técnicas empregadas neste ofício de paneleira. As panelas nem sempre foram totalmente pretas. Em tempos de menor concorrência, somente a parte externa das panelas recebiam o tanino ao baterem a muxinga nas peças extremamente quentes (DIAS 2006). Esse aperfeiçoamento estético foi empregado para atender o crescente público de clientes que assim as solicitavam. E também a tentativa de aumentar a diferenciação das panelas sem tingimento dos produtores de Guarapari.

imprimem nas formas aptas ao consumo alheio, leva um tempo diferente para cada aprendiz.

Os diferentes lugares do saber-fazer das paneleiras interseccionam-se a partir das inter-relações com a natureza local, importante para se extrair a matéria-prima recurso natural imprescindível à confecção das peças ceramistas -, do mesmo modo que visibiliza os ambientes públicos apropriados pelas artesãs quando se inserem na produção das panelas no interior e fora do galão, como também, seguem coexistindo como ícone significativo da cultura capixaba pelas feiras de artesanato, nas festas locais, nas escolas promotoras de oficinas da tradição, etc. Tempos e espaços difusos, porém, significativos na elaboração de práticas tradicionais das produtoras artesãs por entre as quais se modela as peças à maneira estritamente manual e se perpetua este conhecimento mantido nas relações familiares e de vizinhança imprescindíveis para a manutenção desta coletividade.

Porque investimos na reflexão antropológica da "extensa e diversificada teia de objetos", cuja pertinência social e simbólica reside no fato de desempenharem papel importante na "formação de diversas modalidades de autoconsciência" (GONÇALVES, 2009), é que este mote investigativo impacta a obviedade desta existência material agindo fortemente sobre a promoção de aportes identitários, e indica, por sinal, os meandros de arranjos meticulosos de idealizações, projeções e identificações quando se constitui e percebe, subjetivamente, as identidades.

Este mote investigativo torna-se assertivo para a descrição dos deslocamentos e disputas ocasionados pela produção da localidade de Goiabeiras Velha e a organização da Associação das Paneleiras, não somente esse lócus de efervescência de expressões culturais que é este bairro, mas a *territorialidade difusa* na demarcação de espaços de coexistência sob uma concepção particular porque "no espaço de coexistência, os homens tecem redes que os aproximam e os afastam, organizando o mundo de maneira a assegurar áreas recíprocas de movimentação" (AUGRAS 1981 apud LOPES, 2010, p. 102). Assim, sugere-se que as narrativas enunciativas e corporais, reveladoras de modelos de ação, formalidades de práticas e esquemas operacionais destacam níveis de apropriação e reapropriação como espécie de um jogo, instaurando "[...] um presente relativo a um momento e a um lugar; e estabelece um contrato com o outro (interlocutor) numa rede de lugares e relações" (CERTEAU, 1996, p. 40).

As ações e políticas culturais de patrimonialização vieram ao encontro dos interesses e objetivos das paneleiras de Goiabeiras quando contribuiu na constituição, apropriação e legitimidade de diferentes lugares próprios da gestão deste ofício de natureza imaterial. Deste modo, as elaborações desde as iniciadas pela UNESCO somaram na definição de patrimônio cultural imaterial como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados [...]” (ABREU, 2015, p. 75). Esse repertório de práticas e conhecimentos, imbricados mutuamente, é identificado e reconhecido pelas comunidades, grupos e indivíduos enquanto elementos constitutivos de seu patrimônio cultural³².

As percepções etnográficas descritas neste texto supõem o exercício de partir da ação imediata e percorrer ao longo da experiência perceptiva através de situações interativas, quando a apreensão de certo “continuum experiencial” (DEWEY, 2010) como requisito à *intercambialidade* de pontos de vistas, neste *ambiente de produção artesanal*, solicita observar os traços de permanência e mudança dessa continuidade. Desse modo, as trajetórias e práticas de sujeitos e grupos podem ser indagadas neste deslocamento situacional onde o mundo-ambiente “[...] se expande ou se contrai” (idem, p. 45).

Através da perspectiva do processo de institucionalização, ponto de inflexão das transformações ocorridas “no modo e no significado do fazer”, a formação da Associação de Paneleiras na década de 80 dinamizou a construção identitária das paneleiras legitimando, portanto, o seu saber-fazer. Processo pelo qual permitiu Dias (2006) afirmar que, as implicações deste trabalho manual cuja arte de modelar as peças ceramistas implica o mundo o transformando, possa ser “[...] visto como uma metáfora de como as mulheres fabricam seu lugar no mundo” (idem, p. 24). Identificação sociocultural que as diferencia e as posiciona ao longo da interação com atores diferentes, sejam eles humanos e não-humanos, panelas, certificados, feiras, ecossistemas. Carla Dias já apontava neste seu estudo a dimensão de elaboração de sentidos produzidos em torno do trabalho mútuo de constituição de pessoas quando elaboram os objetos.

³² “Este “patrimônio cultural imaterial” se manifesta nos campos das tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial, expressões artísticas, práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo, técnicas artesanais tradicionais” (ABREU, 2015, p. 75).

Nesta dinâmica do Ofício das Panelerias, as transformações acerca da inserção de homens na atividade, do empoderamento das mulheres inseridas na discussão pública de suas reivindicações propondo outro status doméstico para as vivências em família, a inserção política de um grupo que se institucionaliza para garantir o acesso aos recursos materiais e simbólicos imprescindíveis para a manutenção do grupo, traduzem, na atualidade, outros aspectos vividos por esta comunidade de artesã quando se exige a flexibilidade de sua virtude tradicional, pois se abre um paradoxo no duplo modo de se diferenciar e se assimilar ao mercado de bens identitários no tempo presente (LOPES, TOTARO, 2014)³³.

Referências bibliográficas

- ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cecile; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition, 2015. p. 67-93.
- ALMEIDA, L. F. R. Espaço e capitalismo: algumas reflexões sobre a territorialidade burguesa. **Revista Margem**, São Paulo, nº 2, p. 37-48, 1993.
- APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EdUFF, 2008, p. 247-298.
- AUGRAS, Monique. **O ser da compreensão**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BRANDÃO, Camila D. **Fatores intervenientes na implementação de ações estratégicas para a promoção do selo de indicação geográfica das panelas de barro de goiabeiras**. (Dissertação de Mestrado em Administração), UFES, 2014.
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil; história e contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.
- _____. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- _____. Política cultural no Brasil: um histórico. In: CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Ed. Casa Rui Barbosa, 2003. p. 9-20.
- CAMPBELL, S.F. Kula in Vakuta: the mechanics of Keda. In: LEACH, J. W. , E. (Ed.). **The kula: new perspectives on Massin exchange**. Cambridge: Cambrigde University Press, 1983.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

³³ Como analisara Camila D. Brandão (2014), uma possibilidade de acesso à conquista da IG (Indicação Geográfica de procedência) habilita as paneleiras a se inserirem no mercado enquanto empreendedoras do seu Ofício. Esta questão exige ainda melhor análise, mas acaba por interpelar os lugares estratégicos de gestão do Ofício de Paneleria como uma formação emergente (Williams, 1979). Episódio que abarcou questionamentos de quem realmente é de fato detentor de reconhecimento e valorização do saber-fazer. Sabe-se que o selo de identificação geografia, apesar de ser implementado na gestão da AGP no ano de 2011 ainda não se efetivou completamente. Este sistema de monitoramento da qualidade das peças artesãs tornou-se obsoleto, caindo em desuso pelas artesãs que reforçam a virtude tradicional de seu saber-fazer.

- CANCELA, C. D. **Paisagem e cultura; dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade**. Belém, PA: EdUFPA, 2009, p. 101-126.
- CARMAN, M. **Las trampas de la cultura; los “intrusos” y los nuevos usos del barrio de Gardel**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- CAVIGNAC, Julie; CIACCHI, Andrea. Ouvir a cultura: Antropólogos, memórias e narrativas. In: **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. (Org.) Manuel Ferreira de Lima Filho; Jane Felipe Beltrão; Cornélia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- DEWEY, John. **Experiência e educação**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- DIAS, Carla da Costa. “Ser Paneleira não é Brincadeira” – Estratégias de associação política na construção de uma categoria profissional. *Arq. Mus. Nac.*, Rio de Janeiro, v.64, n.3, p.203-213, jul./set.2006.
- _____. **Panela de Barro Preta: A Tradição das Panelerias de Goiabeiras** – Vitória/ES. Rio de Janeiro: Mauad X, Facitec, 2006a.
- FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- _____. Colecionando Pensamentos: sobre os atos de colecionar. *Mana*, 16(01): 59-73, 2010.
- _____. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. *Mana*, 12(2): 503-520, 2006.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1984.
- GIDDENS, Antony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- _____; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O Patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- _____. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.
- HALL, S. **Da diáspora; identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HERZFELD, M. **Intimidade cultural: política social no estado-nação**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento; a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed 34, 2003.
- INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

_____. **Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais.** *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 18, nº 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural.** Niterói: EdUFF, 2008, p. 89-124.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos; ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LOPES, José Rogério; TOTARO, Paolo. **Biodiversidade e diversidade cultural: Uma análise fenomenológica de expressividade comunitária no Brasil.** *Ciências Sociais Unisinos*. 50(2): 54-64, 2014.

_____; SILVA, André Luiz. Cultura Erudita e cultura popular: entre dissonâncias e correspondências. In: MEIRELLES, Mauro (org.) **Sociologia: trabalho-ciência-cultura-diversidade.** Porto Alegre: Cirkula, 2013.

_____. Territorialidades urbanas, desigualdades e espaços de coexistência. In: **Desigualdades sociais na América Latina: outros olhares, outras perguntas.** (Org.) José Luiz Bica de Mélo; José Rogério Lopes – São Leopoldo: Oikos, 2010.

NASCIMENTO, Josué C.; NICOLE, Braz Campos. **As panelas de Goiabeiras e a arte de fazer panela de barro: ensaio etnográfico sobre a cultura do barro.** *Semiótica, UFES*, v.ún., n. 01, 2012.

NUNES, André Gustavo Alves. **Os argonautas do mangue: uma etnografia visual dos caranguejeiros do município de Vitória – ES.** Campinas, SP: [s.n.], 1998.

OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS. – Brasília, DF: Iphan, 2006. 70 p.: il. color, 25 cm. – (Dossiê Iphan; 3) isbn 85-7334-031-2. Bibliografia: p. 54-58. 1. Patrimônio Cultural. 2. Patrimônio Imaterial. 3. Panelas-ofício. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. II. Série. Iphan/Brasília-DF

OLIVEIRA, R. M. Tecnologia e subjetivação: a questão da agência. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2005.

ORTIZ, R. Ruptura e continuidade: dilemas d contemporaneidade. In: GADEA, C. A.; BARROS, E. P. (Orgs.). **A questão pós nas ciências sociais: crítica, estética, política e cultura.** Curitiba, Appris, 2013, p. 79-95.

_____. **Mundialização: saberes e diferenças.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROCHA, A. L. C. A poeira do tempo e as cidades tropicais, um ensaio interpretativo do patrimônio e as dinâmicas da cultura em sociedades complexas. In: SILVEIRA, F. L. A.; CANCELA, C. D. **Paisagem e cultura; dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade.** Belém, PA: EdUFPA, 2009, p. 101-126.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: passado e presente.** In: Políticas culturais. (Orgs.) RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim; ROCHA, Renata. Salvador: EDUFBA, 2012

SABERES DO BARRO: Ofício das Panelas em Goiabeiras. Vídeo do processo de revalidação do Ofício das Panelas de Goiabeiras Velha. S.A Consultoria; Filmes de Quintal; IPHAN; Ministério da Cultura, 2016.

SANTOS, Adalberto S. **Patrimônio e memória: da imposição de identidades à potencialização de atos coletivos.** In: Políticas culturais. (Orgs.) RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim; ROCHA, Renata. Salvador: EDUFBA, 2012

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social.** Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.

- SIMÃO, Lucieni de M. **A Semântica do Intangível: considerações sobre o Registro do ofício de paneleira do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Antropologia), UFF, Rio de Janeiro, 2008.
- STEIL, C.A.; CARVALHO, I.C.M. Diferentes aportes no âmbito da antropologia fenomenológica: diálogos com Tim Ingold. *In: C.A. STEIL; I.C.M. CARVALHO (orgs.), Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo, Terceiro Nome, 2012. p. 31-47.
- LÉVI-STRAUSS, C. *A oleira ciumenta*. Editora brasiliense, 1985.
- TORO, A. Los fundamentos del pensamiento occidental del siglo XX: la ‘postmodernidad’ y la ‘postcolonialidad’. *In: GADEA, C. A.; BARROS, E. P. (Orgs.). A questão pós nas ciências sociais: crítica, estética, política e cultura*. Curitiba: Appris, 2013, p. 97-166.
- TRAJANO, Wilson. **Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos**. *In: SANSONE, Lívio (org.) Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 11-40.
- VAN VELSEN, Jaap. **A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado**. *In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). Antropologia das sociedades complexas – Métodos*. São Paulo: Global, 1987, p. 345-372.
- YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura; usos da cultura na era global*. BH: Editora UFMG, 2004.
- WADE, P. Rethinking Mestizaje: Ideology and Lived Experience. *Journal of Latin American Studies*, 37 (2): p. 239-57. 2005.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.